



Mercado de capitais cresce no agro

Área ganha espaço como alternativa de financiamento para atividades no campo



Gabriel Margonar, de Esteio
gabrielm@jcrs.com.br

O mercado de capitais avança como uma das alternativas para ampliar o financiamento do agronegócio, em meio à crescente necessidade de recursos para sustentar os investimentos no setor. Os caminhos para aproximar esses dois universos estiveram no centro do Agrocapias, evento realizado ontem na Casa do Jornal do Comércio na Expointer, em Esteio. O encontro reuniu representantes do setor produtivo, do mercado financeiro, de órgãos reguladores e do meio jurídico.

O primeiro painel abordou o papel do mercado de capitais no novo modelo de crédito ao agronegócio. Participaram o presidente do Instituto Brasileiro de Direito do Agronegócio (IBDA), Renato Buranello; a representante da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), Flavia Palacios; e Guilherme Demaria, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Durante o debate, os participantes defenderam que instrumentos privados, como os Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs) e os Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagros), podem complementar o crédito bancário e os recursos subsidiados. Flavia ressaltou, porém, que a expansão desse mercado depende também da capacitação



DANI VILLAR/ESPECIAL/JC

Evento debateu caminhos para aproximar investidores e produtores

de investidores, produtores e demais agentes.

“A gente tende a achar que precisa educar o agro sobre o mercado de capitais, mas esquece que precisa educar o mercado de capitais sobre o agro. Soja é diferente de milho, que é diferente de pecuária”, observou. Segundo ela, compreender os diferentes ciclos produtivos é fundamental para estruturar operações adequadas à realidade do setor. Demaria destacou o avanço recente desses instrumentos. Conforme o representante da CVM, o estoque dos Fiagros passou de aproximadamente R\$ 10 bilhões, em 2022, para cerca de R\$ 60 bilhões, enquanto o mercado de CRAs dobrou no período. Para ele, os números ainda são tímidos diante do potencial do agronegócio brasileiro.

O segundo painel discutiu o uso da securitização para monetizar as safras e ampliar a chegada de recursos aos produtores. Participaram Otaciano Neto, da Zera;

Renato Barros, da Opea; e Bruno Santana, da Kijani. Os painelistas avaliaram que o mercado de capitais avançou nos últimos anos, mas ainda precisa se aproximar da realidade das propriedades e das empresas do setor. A estruturação das operações deve considerar o ciclo de cada cultura, os prazos de produção e comercialização e a capacidade de pagamento dos tomadores.

“Aproximar a vida real do agro e o mercado financeiro é fazer a tradução de duas línguas que precisam se comunicar”, resumiu Santana. Segundo ele, existe interesse do setor financeiro em destinar recursos ao agronegócio, mas as estruturas precisam ser seguras e compreensíveis para os investidores. Neto lembrou que a participação direta do governo no financiamento agropecuário diminuiu ao longo das últimas décadas, abrindo espaço para recursos bancários livres e para o mercado de capitais. O painel também apontou

a necessidade de maior formalização e transparência das informações, além do fortalecimento do seguro rural como instrumento de gestão de riscos.

O aumento das recuperações judiciais no agronegócio foi tratado no terceiro painel, conduzido por Thomas Dulac Müller, do escritório Cesar Peres Dulac Müller Advogados. O advogado apresentou uma retrospectiva das crises econômicas enfrentadas pelo Brasil e relacionou o quadro atual ao elevado endividamento público, aos juros altos e à maior disputa por recursos entre o governo e a iniciativa privada. Para Müller, a recuperação judicial deve ser entendida como consequência de uma sequência de dificuldades financeiras, e não como a origem dos problemas. “A recuperação judicial é o último vagão do trem. Ela não é o maquinista, mas o resultado de uma série de problemas de natureza econômica”, afirmou.

O advogado também avaliou que a remuneração elevada oferecida pelos títulos públicos reduz a atratividade de investimentos em atividades produtivas. Na sua análise, enquanto o governo oferecer retornos elevados e de baixo risco, empresas e produtores terão maior dificuldade para captar recursos privados em condições competitivas. O último painel da manhã tratou das mudanças que a reforma tributária provocará nas relações entre cerealistas e produtores rurais. Pedro Schuch, da Tax Group, abordou a necessidade de revisão dos cadastros, das políticas de preços e das estratégias de aquisição de grãos.

Sicredi financia quase 65% no Bônus Mais Leite

Ana Esteves, especial para o JC
economia@jornaldocomercio.com.br

O Sicredi foi responsável por quase 65% das operações contratadas no âmbito do Programa Bônus Mais Leite, durante a safra 2025/2026 no Rio Grande do Sul. Segundo balanço divulgado pelo banco, nesta terça-feira (1), na Expointer, foram realizadas 1.985 operações na safra, que movimentaram mais de R\$ 122 milhões em crédito. Do total, 1.344 operações, equivalentes a 67,7%, foram destinadas ao custeio da atividade, enquanto 641, ou 32,3%, corresponderam a investimentos.

As operações resultaram em mais de R\$ 18 milhões em subvenções amortizadas, o equivalente a cerca de 60% do total de recursos subsidiados pelo programa no período. Para o presidente da Central Sicredi Sul/Sudeste, Márcio Port, a participação da instituição ganha importância diante do cenário enfrentado pela cadeia leiteira gaúcha. Outro dado considerado relevante é o volume de recursos economizados pelos produtores em razão da subvenção. “O produtor já pegou uma taxa de juros beneficiada por ser Pronaf e ainda pagou menos. Foram R\$ 18 milhões que ele deixou de desembolsar em juros”, explicou Port.

O desempenho coloca a instituição como principal agente financeiro do Bônus Mais Leite no Estado. No balanço geral do programa, o governo gaúcho contabilizou R\$ 181,9 milhões em financiamentos rurais e mais de 2,8 mil famílias beneficiadas.



Adquira conhecimento gratuito com os cursos do CFPR Campanha

Centro de Formação Profissional Rural, um espaço moderno voltado à capacitação de produtores e trabalhadores rurais em tecnologias e operação de máquinas agrícolas, com estrutura completa para aulas teóricas e práticas em cursos de:

- Tratores
- Colheitadeiras
- Pulverizadores
- Plantadeiras
- Drones Agrícolas
- Irrigação/Pivô Central



Procure o Sindicato Rural da sua região e inscreva-se.
senar-rs.com.br/cfprcampanha



SISTEMA FARSUL
FARSUL | SENAR | CASA RURAL